ESTE RELATÓRIO FOI PRODUZIDO EM COLABORAÇÃO COM:

WWF

ZSL Zoological Society of London

EMBARGO ATÉ 8 DE OUTUBRO DE 2026, 00:01 HORA DE LISBOA (UCT+1)

2026 RELATÓRIO PLANETA VIVO

A Ciência da Esperança

EQUIPA EDITORIAL

M. Rebecca Shaw (WWF-Ciência Global): editora-chefe
Kimberley Marchant (WWF-Ciência Global): editora executiva
Kate Cooke (WWF International): coordenação do projeto
Amanda Kegu (WWF-Ciência Global): gestora de projeto
Katie Gough (WWF International): coordenação de comunicação
Kate Graves (WWF-Ciência Global): gestora de produção
Emma Ackerley (WWF International): gestora de comunicação
Alex Batka (WWF-Ciência Global): gestor editorial
Samantha Cheng (WWF-Ciência Global): coordenação da evidência
Karuna Paudel (WWF-Global Science): apoio editorial
e de dados Barney Jeffries: redator e editor Weirdesign: design gráfico

COMITÉ DE ORIENTAÇÃO

Mike Barrett (WWF-Reino Unido), Lydia Gaskell (WWF International), Efraim Gomez (WWF International), Melanie Janin (WWF International), ANGU ANGU Kenneth (WWF Congo Basin Forest Hub), Thibault Ledecq (WWF-Vietname), Irina Montenegro (WWF Country Office Unit), M. Rebecca Shaw (WWF-Ciência Global), Daudi Sumba (WWF International) e Jeff Worden (WWF International)

AUTORES

Mike Barrett (WWF-Reino Unido), Guido Broekhoven (WWF International), Stuart Chapman (WWF-Tigers Alive Initiative), Dean Cooper (WWF International), Stefanie Deinet (Zoological Society of London), Andrew Deutz (WWF-Estados Unidos), Robin Freeman (Zoological Society of London), Franziska Gaupp (Universidade de Osnabrück), Sarah Glaser (WWF-Estados Unidos), Brent Loken (WWF-Ciência Global), Christine Madden (WWF-Coral Triangle Program), Vishwanie Maharaj (WWF-Estados Unidos), Valentina Marconi (Zoological Society of London), Louise McRae (Zoological Society of London), Robin Naidoo (WWF-Estados Unidos), Tom Powell (Universidade de Exeter), Jennifer Roberts (WWF-Tigers Alive Initiative), Kirsten Schuijt (WWF International), M. Rebecca Shaw (WWF-Ciência Global), Steven R. Smith (Universidade de Exeter) e Elisa Vacherand (WWF International)

CONTRIBUTOS DA WWF

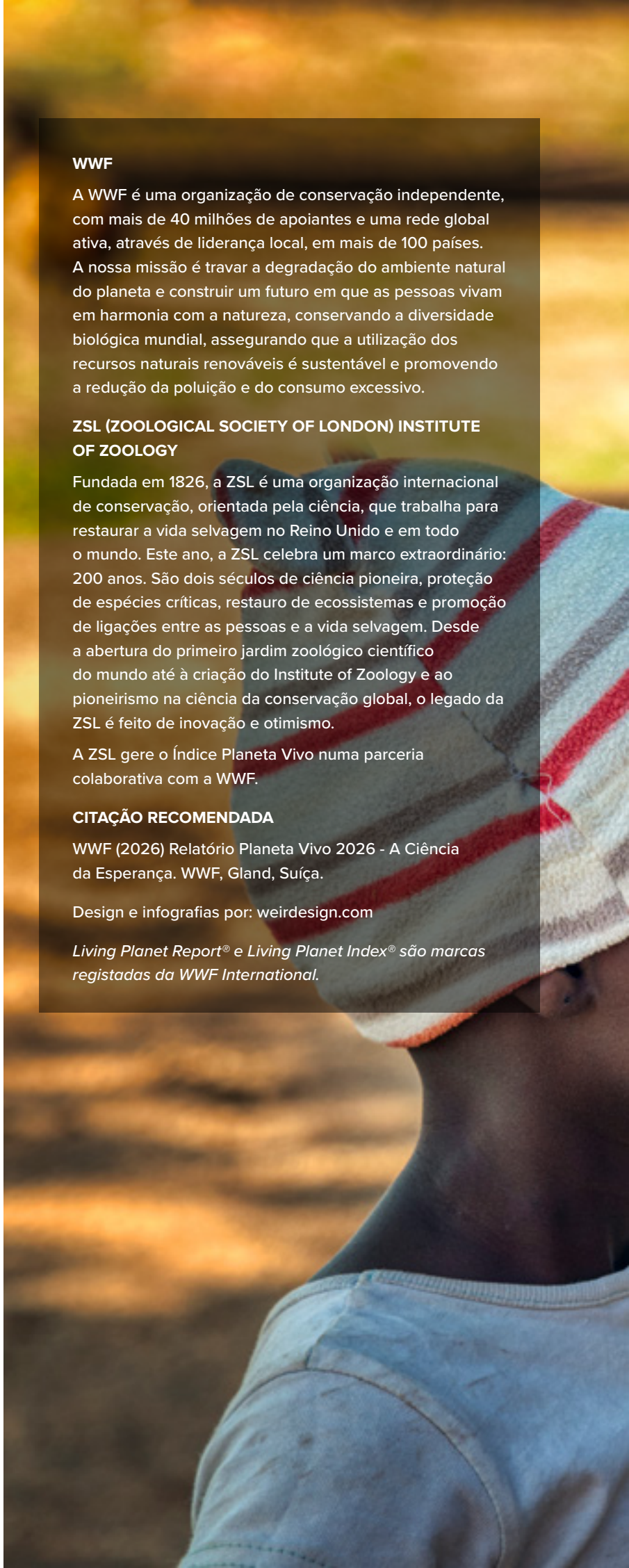
Este relatório é o resultado de uma ampla consulta e de contributos dos nossos colegas em toda a Rede WWF. Os colaboradores da WWF disponibilizaram os seus conhecimentos especializados, o seu saber e os seus comentários sobre o conteúdo deste Relatório Planeta Vivo. Expressamos a nossa profunda gratidão e respeito pelos seus contributos inestimáveis.

CONTEÚDOS ADICIONAIS DA EDIÇÃO PORTUGUESA

A edição portuguesa do Sumário Executivo do Relatório Planeta Vivo 2026 inclui conteúdos complementares produzidos pela WWF Portugal, com o objetivo de enquadrar os principais temas do relatório no contexto nacional e destacar exemplos e desafios relevantes para Portugal.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Agradecemos também a perspetiva e o contributo valiosos dos nossos colaboradores, Tom Powell e Steven R. Smith, da Universidade de Exeter. Reconhecemos os contributos dos nossos colegas Neil Burgess (UNEP-WCMC), Cecil Haverkamp (Nature Action Tracker) e EJ Milner-Gulland (Universidade de Oxford). Agradecemos o contributo de: Stuart Butchart (BirdLife International), David Curnick (Zoological Society of London), Adriana De Palma (Natural History Museum), Daisy Halliwell (Zoological Society of London), Craig Hilton-Taylor (IUCN), Sahil Nijhawan (Zoological Society of London), Hannah Puleston (Zoological Society of London), Andy Purvis (Natural History Museum) e Johan du Toit (Zoological Society of London). Reconhecemos ainda as equipas NATURE Impacts e Nature Action Tracker, cujo trabalho de base informou o desenvolvimento do Capítulo 5. Estendemos também os nossos sinceros agradecimentos a Elena Khishchenko (WWF International) e Patricia Schelle (WWF International) pelos seus contributos para o grupo de trabalho, e a Lucy Young (WWF-Reino Unido) pela coordenação de parceiros.
Gostaríamos de agradecer a todos os que gentilmente acrescentaram dados à Base de Dados Planeta Vivo (www.livingplanetindex.org) e, em particular, aos que apoiaram a recolha de dados nos últimos dois anos: Tatiana Dickins; dados para o Brasil: Filipe Serrano (Universidade de São Paulo), Helga Correa Wiederhecker (WWF-Brasil), Rodrigo Jorge, Elildo Carvalho Jr., Bruno Sandy e Marcelo Mukira Reis (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade); dados para África: Githmi Wijedasa e Ceri Webster.



WWF

A WWF é uma organização de conservação independente, com mais de 40 milhões de apoiantes e uma rede global ativa, através de liderança local, em mais de 100 países. A nossa missão é travar a degradação do ambiente natural do planeta e construir um futuro em que as pessoas vivam em harmonia com a natureza, conservando a diversidade biológica mundial, assegurando que a utilização dos recursos naturais renováveis é sustentável e promovendo a redução da poluição e do consumo excessivo.

ZSL (ZOOLOGICAL SOCIETY OF LONDON) INSTITUTE OF ZOOLOGY

Fundada em 1826, a ZSL é uma organização internacional de conservação, orientada pela ciência, que trabalha para restaurar a vida selvagem no Reino Unido e em todo o mundo. Este ano, a ZSL celebra um marco extraordinário: 200 anos. São dois séculos de ciência pioneira, proteção de espécies críticas, restauro de ecossistemas e promoção de ligações entre as pessoas e a vida selvagem. Desde a abertura do primeiro jardim zoológico científico do mundo até à criação do Institute of Zoology e ao pioneirismo na ciência da conservação global, o legado da ZSL é feito de inovação e otimismo.

A ZSL gere o Índice Planeta Vivo numa parceria colaborativa com a WWF.

CITAÇÃO RECOMENDADA

WWF (2026) Relatório Planeta Vivo 2026 - A Ciência da Esperança. WWF, Gland, Suíça.

Design e infografias por: weirdesign.com

Living Planet Report® e Living Planet Index® são marcas registadas da WWF International.

2026 RELATÓRIO PLANETA VIVO

A Ciência da Esperança

Kirsten Schuijt
Diretora-Geral
WWF International

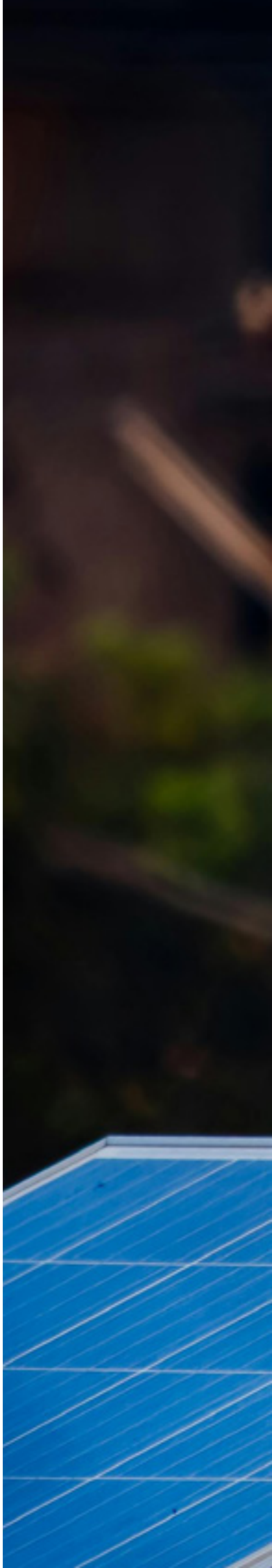
Uma mensagem de esperança

A oportunidade que temos diante de nós é significativa. Com as escolhas certas hoje, podemos construir um futuro em que tanto as pessoas como a natureza prosperem - mas concretizar esse futuro exigirá uma transformação a uma velocidade e escala sem precedentes.

A ciência apresentada no Relatório Planeta Vivo 2026 é clara: os sistemas que têm impulsionado o crescimento económico estão a acelerar a perda de natureza a um ritmo sem precedentes. Travar e inverter esta tendência exigirá uma transformação em sistemas inteiros - desde a forma como produzimos energia e alimentos até à forma como financiamos as nossas economias. Esta transformação tem de ser ambiciosa e tem de reconfigurar os sistemas globais de uma forma justa, equitativa e inclusiva.

A mudança duradoura nunca é obra de um único agente. Empresas, instituições financeiras, Povos Indígenas e comunidades locais, sociedade civil, governos e indivíduos têm todos um papel a desempenhar. Quando os esforços se alinham e se mantêm ao longo do tempo, a mudança ganha raízes - construindo sobre anos de esforço coletivo e reforçando o impulso já em curso.

É aqui que a esperança se torna um poderoso motor de mudança. Como revela o Relatório Planeta Vivo 2026, já vimos o que a esperança pode tornar possível na recuperação de espécies e na transição dos sistemas energéticos. Agora, temos de levar esse impulso mais longe, ajustando a nossa ambição à escala do desafio.



Ângela Morgado
Diretora Executiva
WWF Portugal

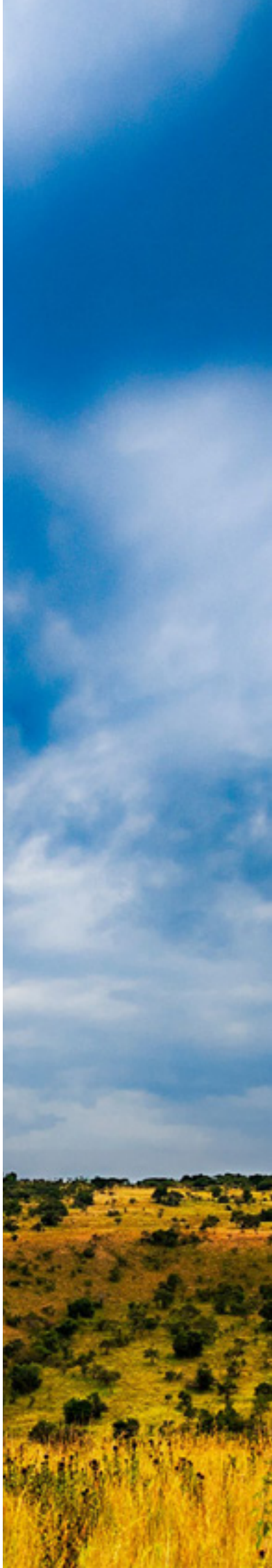
Uma oportunidade para acelerar a mudança

A década que temos pela frente é decisiva para a natureza, a economia e o bem-estar das pessoas. As escolhas que fazemos hoje, desde o que consumimos, à forma como produzimos energia e alimentos, e para onde orientamos o investimento, vão ter um impacto direto na disponibilidade dos recursos naturais de que dependemos e no nosso bem-estar.

Sabemos que a mudança é possível. Em Portugal, há exemplos de recuperação da natureza que mostram o que pode ser alcançado quando se conjugam visão de longo prazo, conhecimento científico, compromisso político e envolvimento da sociedade.

A recuperação do lince-ibérico e a gestão sustentável da pescaria da sardinha demonstram que é possível inverter trajetórias de declínio através de uma ação coordenada e persistente. Também a transição energética tem registado progressos, com uma crescente incorporação de fontes renováveis na produção de eletricidade. Persistem, contudo, desafios ligados à mobilidade, à pobreza energética e à necessidade de garantir uma transição justa. Os sistemas alimentar e financeiro exigem igualmente mudanças profundas. É essencial acelerar modelos de produção positivos para a natureza, promover escolhas alimentares mais sustentáveis e garantir que os fluxos financeiros apoiam a recuperação da biodiversidade, em vez da sua destruição.

O Relatório Planeta Vivo 2026 recorda-nos que a esperança não é um sentimento passivo. É a capacidade de definir objetivos claros, construir soluções credíveis, agir com consistência e persistir perante os desafios. Este Sumário Executivo reúne as principais conclusões do relatório e faz um ponto de situação sobre a realidade portuguesa em áreas-chave abordadas na edição global, convidando à leitura da versão completa para conhecer a evidência e as soluções em maior detalhe.



Da pressão ao progresso

Um ponto de viragem é muitas vezes imaginado como um momento de mudança súbita. Na realidade, é o resultado de pressões acumuladas ao longo do tempo, muitas vezes fora de vista, até que um limiar é ultrapassado.

O progresso segue um padrão semelhante, e raramente avança em linha reta. Ganha forma gradualmente - através da persistência, da cooperação e de escolhas repetidas - até que aquilo que antes parecia incerto começa a mover-se com velocidade e propósito.

As pressões que impulsionam a perda de natureza e as alterações climáticas continuam a ser significativas. A destruição e degradação de habitats, a sobre-exploração dos recursos, e o aumento da temperatura continuam a ameaçar as espécies, impulsionadas pelas formas como produzimos energia, cultivamos alimentos e financiamos as nossas economias. Em conjunto, estas forças empurram os sistemas naturais de que dependemos para cada vez mais perto dos seus limites.

Mas não contam a história completa. A par destas pressões, está a emergir uma dinâmica diferente - uma que aponta para a possibilidade.

A recuperação de espécies icónicas como o tigre, o atum-rabilho do Atlântico e do Pacífico e a tartaruga-verde mostra o que um esforço sustentado e coordenado pode alcançar ao longo do tempo. O sucesso a longo prazo, porém, depende de enfrentar as causas profundas da perda de natureza, transformando os sistemas que a impulsionam.

De forma encorajadora, o progresso já está em curso. Não em todo o lado, nem ainda à escala necessária, mas o suficiente para demonstrar que a mudança é possível.

No setor energético, uma transição considerada distante há apenas uma década está agora a acelerar. A energia solar tornou-se a fonte mais barata de nova produção de eletricidade na maioria dos países, e os veículos elétricos representaram um quarto das vendas globais de automóveis novos em 2024.

Esta mudança reflete décadas de políticas, inovação e esforço colaborativo muito antes de os resultados serem visíveis à escala necessária. Alargar este progresso além-fronteiras, entre setores e junto das comunidades é precisamente o tipo de transformação de que precisamos, para que a ação num território reforce e impulsione a ação noutros.

A mudança está em movimento, mas o seu rumo ainda está a ser escrito. Que o progresso inicial se transforme em algo mais sustentado dependerá das escolhas feitas agora - e do ritmo a que forem levadas por diante.

Temos o conhecimento, as ferramentas e os caminhos. O que importa agora é a nossa determinação coletiva para agir - em conjunto.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Cada planta, animal, fungo e microrganismo na Terra faz parte de um único sistema vivo, e nós também fazemos parte dele.

A biodiversidade, a variedade da vida e das relações ecológicas que a ligam, é o que faz esse sistema funcionar. Os alimentos que cultivamos dependem dos polinizadores e dos micróbios do solo que mantêm produtivas as terras agrícolas. A água potável depende de bacias hidrográficas intactas. A maioria dos medicamentos nas nossas farmácias teve origem em moléculas inicialmente identificadas em plantas, fungos ou microrganismos. O clima de que dependemos é regulado por florestas, oceanos, turfeiras e pradarias.
E a própria economia, expressa em números, assenta nestes serviços: cerca de metade do PIB mundial, aproximadamente 58 biliões de dólares americanos em 2023, provém de trabalho que depende de alguma forma da natureza. Quando a biodiversidade se degrada, ficam comprometidas as bases sobre as quais construímos as nossas vidas.

Essa degradação está agora a ocorrer a um ritmo sem precedentes na história humana. O Índice Planeta Vivo (IPV) mede a variação média na dimensão das populações monitorizadas de espécies de vertebrados em todo o mundo: mamíferos, aves, peixes, répteis e anfíbios. Entre 1970 e 2022, as populações acompanhadas pelo IPV diminuíram, em média, 73%. Outros indicadores da biodiversidade descrevem diferentes partes do mesmo quadro. O Índice da Lista Vermelha acompanha a evolução do risco de extinção das espécies. O Índice de Integridade da Biodiversidade estima quanta da biodiversidade original de uma região ainda subsiste em comparação com as condições pré-industriais. Os registos de extinções documentadas mostram que as espécies estão agora a desaparecer a ritmos 100 ou mais vezes superiores à taxa anterior à presença humana. Os quatro indicadores abordam a biodiversidade de ângulos diferentes e apontam na mesma direção.

Onde as pessoas fizeram o trabalho, a vida selvagem regressou.

O IPV global é uma média global, pelo que oculta detalhes locais. Algumas regiões estão a perder vida selvagem muito mais depressa do que outras, enquanto algumas espécies e ecossistemas estão estáveis ou em recuperação. Cerca de metade das populações acompanhadas pelo IPV global está estável ou a aumentar. Isto é importante porque nos diz que o declínio não é inevitável. Onde as pessoas fizeram o trabalho, a vida selvagem regressou.

O que tinham em comum era um objetivo claro, um plano aberto a revisão à medida que surgiam aprendizagens, a capacidade de agir e a resiliência para continuar quando o trabalho se tornava difícil.

A conservação funciona, cada vez mais a grandes escalas

O tigre é um dos melhores exemplos. Em 2010, restavam apenas cerca de 3.200 tigres selvagens, e a espécie parecia encaminhar-se para a extinção. Em 2025, a população tinha crescido para cerca de 5.700, um aumento superior a 70%. O atum-rabilho do Atlântico e do Pacífico, que estavam em colapso após décadas de sobrepesca, recuperaram ao ponto de nenhum deles ser agora considerado ameaçado. O elefante da África Austral está estável ou a aumentar em muitos dos locais onde as comunidades locais lideram a gestão da terra que partilham com ele. Em 2025, a tartaruga-verde tornou-se a primeira tartaruga marinha alguma vez reclassificada de Em Perigo para Pouco Preocupante, após 50 anos de trabalho em mais de 80 países de nidificação.

Estas recuperações levaram décadas. Exigiram que as pessoas continuassem a trabalhar sem saber se os seus esforços teriam êxito, atravessando recuos políticos, cortes de financiamento e longos períodos em que nada visível parecia mudar. O que tinham em comum era um objetivo claro, um plano aberto a revisão à medida que surgiam aprendizagens, a capacidade de agir e a resiliência para continuar quando o trabalho se tornava difícil. Os psicólogos chamam a esta combinação “esperança”.

A esperança é um processo

Na conservação da natureza, a esperança é um processo que mantém as pessoas envolvidas em desafios complexos e incertos durante longos períodos. Tem quatro componentes. A primeira é um objetivo enraizado em algo que uma pessoa ou comunidade valoriza. A segunda é um caminho credível para esse objetivo, um plano que se pode adaptar à medida que as condições mudam e nova informação fica disponível.
A terceira é a capacidade de agir, a convicção de que o trabalho que fazemos pode fazer a diferença. A quarta é a resiliência, a capacidade de continuar quando o progresso estagna e de encontrar novos caminhos quando os antigos se fecham. Estas quatro componentes reforçam-se mutuamente. Quando são reforçadas entre grupos de pessoas, comunidades, setores e além-fronteiras, a esperança torna-se coletiva.
A esperança coletiva é o preditor mais fiável de que dispomos para saber se ocorrerá mudança em larga escala.

As recuperações do tigre, do atum-rabilho, do elefante e da tartaruga-verde resultaram da esperança coletiva a funcionar em larga escala ao longo do tempo, e não da sorte ou de alguns indivíduos excecionais.

Figura SE.1 Mais do que um sentimento, a esperança torna-se um processo para impulsionar a mudança transformadora quando objetivos, capacidade de agir e caminhos se combinam. A resiliência proporciona a fortaleza necessária para avançar quando surgem obstáculos.

A queima de carvão, petróleo e gás para abastecer casas, transportes e indústria gera cerca de três quartos das emissões de gases com efeito de estufa que impulsionam as alterações climáticas, que se tornaram agora um fator de perda de biodiversidade em todos os ecossistemas da Terra.

O mesmo padrão pode transformar os sistemas que impulsionam a perda

Estas recuperações são reais e importantes. Mas inserem-se num conjunto muito maior de forças que impulsionam a perda de biodiversidade na direção oposta, e essas forças são maiores do que qualquer espécie ou lugar isolado. Três sistemas são responsáveis pela maior parte dos danos.

O primeiro é a forma como o mundo produz e utiliza energia. A queima de carvão, petróleo e gás para abastecer casas, transportes e indústria gera cerca de três quartos das emissões de gases com efeito de estufa que impulsionam as alterações climáticas, que se tornaram agora um fator de perda de biodiversidade em todos os ecossistemas da Terra.

O segundo é a forma como o mundo produz e consome alimentos. A agricultura é a maior causa individual de perda e degradação de habitats, o principal fator de declínio da biodiversidade, uma fonte importante de emissões de gases com efeito de estufa e um contributo crescente para o aumento das doenças relacionadas com a alimentação. O planeta já ultrapassou sete dos nove limites planetários que os cientistas usam para definir condições de funcionamento seguras para o sistema terrestre, e o sistema alimentar é responsável pela maior parte dessa pressão. O sistema falha também às pessoas que deveria alimentar: mais de 673 milhões de pessoas estão subnutridas e mais de mil milhões são obesas.

O terceiro é o sistema financeiro. A afetação de capital - as decisões sobre que setores recebem investimento e quais não recebem - determina que atividades crescem e quais diminuem. Em 2023, cerca de 7,3 biliões de dólares americanos fluíram para atividades que prejudicam a natureza, enquanto apenas 220 mil milhões de dólares americanos foram canalizados para atividades que a protegem ou restauram. Enquanto esta relação não mudar, os fatores subjacentes da perda de biodiversidade continuarão a ser financiados.

Só por si, a conservação da natureza não consegue inverter o que estes três sistemas produzem. Mas a mesma esperança que impulsionou as recuperações de tigres, atuns, elefantes e tartarugas marinhas, assente em objetivos claros, caminhos credíveis, capacidade de agir e resiliência, mantida por pessoas suficientes durante tempo suficiente, pode também ser dirigida aos próprios sistemas. Quando um esforço estratégico, focado e sustentado é aplicado a um sistema complexo da forma certa, a mudança nesse sistema pode passar de lenta e contestada para rápida e autorreforçada. Os cientistas chamam a este tipo de mudança um ponto de viragem positivo.

Pontos de viragem positivos

Transformar sistemas a esta escala pode parecer impossível porque as infraestruturas, os regulamentos, os mercados e os hábitos que os mantêm são enormes e têm décadas de impulso acumulado. Mas os sistemas complexos nem sempre mudam de forma linear. A pressão pode acumular-se sob a superfície durante anos enquanto pouco parece mexer. Depois, um limiar é ultrapassado e a mudança acelera. Os pontos de viragem são geralmente discutidos em termos negativos, como o colapso dos recifes de coral ou a perda da floresta amazónica como sumidouro de carbono, mas a mesma dinâmica pode funcionar no sentido oposto. Um ponto de viragem positivo ocorre quando um sistema ultrapassa um limiar para um estado mais saudável, e a mudança começa a reforçar-se a si própria através de ciclos de retroação que amplificam os seus efeitos. Quando isso acontece, a mudança torna-se mais rápida, mais barata e mais difícil de inverter.

A transição energética está a demonstrá-lo em tempo real. Há vinte anos, a energia solar era uma tecnologia de nicho usada sobretudo em satélites e calculadoras de bolso. Hoje, é a fonte mais barata de nova produção de eletricidade na maioria dos países, e a capacidade solar global duplica a cada três anos. Os veículos elétricos representaram mais de 25% das vendas de automóveis novos a nível mundial em 2024, e a utilização de carvão está a diminuir em muitas das economias mais ricas do mundo.
Nada disto estava garantido quando começou. Foram necessários 50 anos de apoio político, falsos arranques e esforço paciente até que a economia mudasse. Agora, a mudança reforça-se a si própria. O sistema energético global ultrapassou um ponto de viragem positivo e entrou na sua fase de aceleração, com as tecnologias renováveis a substituir os combustíveis fósseis a um ritmo que poucas pessoas previam ainda há uma década.

O caminho até esse ponto não foi suave, e o caminho daqui para a frente também não o será. Cada fase da transição gerou resistência por parte de indústrias e interesses políticos cuja dominância é ameaçada por ela. Nos últimos anos, essa resistência intensificou-se em algumas partes do mundo. A reação faz parte do modo como as transformações funcionam e indica que a mudança se tornou suficientemente disruptiva para importar. Atravessar esta fase exige resiliência, disponibilidade para ajustar e determinação para continuar.

Cada fase da transição energética gerou resistência por parte de indústrias e interesses políticos cuja dominância é ameaçada por ela.

A alimentação e as finanças estão numa fase anterior. Encontram-se no que os cientistas chamam fase de ativação, na qual se testam ideias, se desenvolvem políticas e se constroem coligações.
O progresso parece lento porque os benefícios visíveis ainda estão por vir. Mas esta é a parte do processo em que se lançam as bases da aceleração e em que continuar envolvido é mais importante.
As alavancas necessárias para levar estes sistemas a um ponto de viragem já são conhecidas.
Na alimentação, as prioridades são a produção positiva para a natureza, regimes alimentares saudáveis e sustentáveis e a redução das perdas e do desperdício alimentares. Nas finanças, são a criação de previsibilidade regulamentar, a exigência de que as instituições valorizem a natureza e o clima como riscos financeiros materiais, o fim do financiamento de atividades que prejudicam a natureza e o encerramento de um défice de financiamento da biodiversidade de cerca de 1,3 biliões de dólares americanos por ano. Nada disto exige tecnologia que não exista. Exige decisões e persistência para continuar a tomá-las durante os períodos lentos em que os resultados ainda não são visíveis.

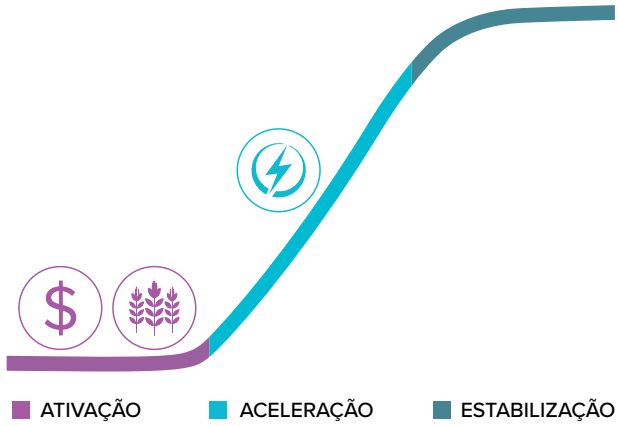


Figura SE.2 As fases da dinâmica dos pontos de viragem, ou curva em S: ao longo da curva em S, as dinâmicas de viragem positiva avançam através de três grandes fases de mudança: ativação, aceleração e estabilização. A energia está na fase de aceleração, enquanto a alimentação e as finanças estão na fase de ativação.

A escala dos fluxos financeiros que hoje impulsionam os resultados errados mostra quanto espaço há para mudar. Cerca de 470 mil milhões de dólares americanos por ano são gastos globalmente em subsídios agrícolas que provocam danos ambientais, e cerca de 7 biliões de dólares americanos apoiam os combustíveis fósseis. Redirecionar mesmo uma parte desses fluxos alteraria a economia de toda a transformação.

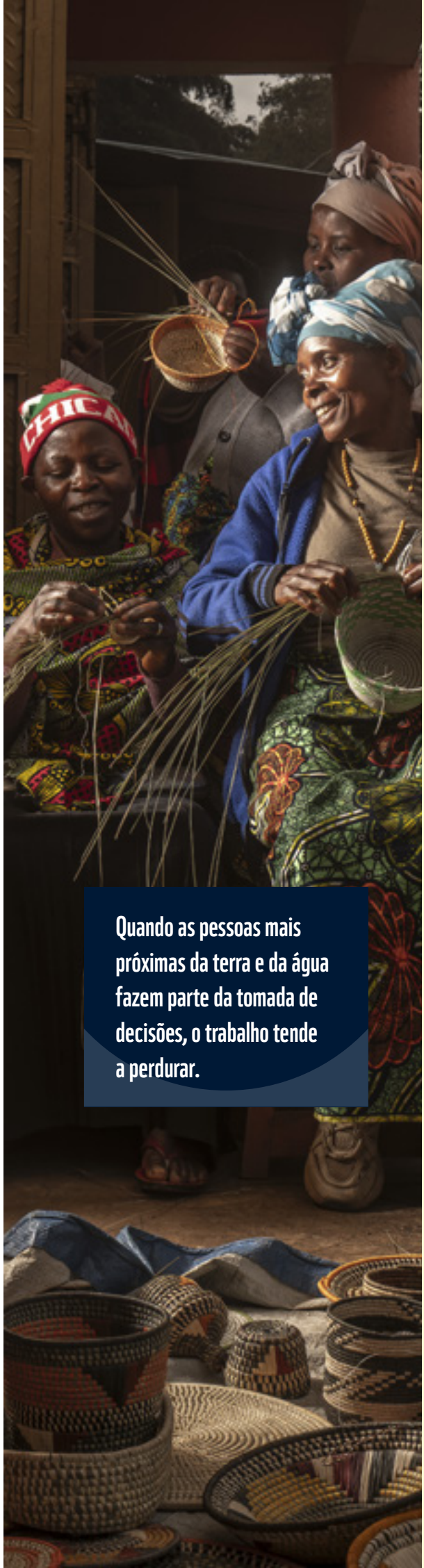
A justiça faz parte do modo como tudo funciona

Uma transformação em larga escala da energia, da alimentação e das finanças redistribui custos, benefícios, empregos e influência política. A forma como essa redistribuição é gerida determina se a transformação tem sucesso ou se se desfaz. As pessoas mais afetadas pela perda de natureza e as pessoas mais afetadas pelo trabalho para lhe dar resposta são muitas vezes as mesmas - e frequentemente aquelas com menos poder para moldar o resultado. Incluem pequenos agricultores e pescadores, trabalhadores em setores que terão de fazer a transição, agregados familiares de baixo rendimento que sentirão primeiro as mudanças nos preços dos alimentos e da energia, e Povos Indígenas e comunidades locais que gerem muitas das terras e águas com maior biodiversidade do mundo.

Estas comunidades não são partes interessadas a consultar no fim de um processo. São centrais para que o processo funcione. A evidência em todo o mundo é clara: os resultados de conservação são mais fortes onde os Povos Indígenas e as comunidades locais têm reconhecimento legal dos seus direitos e autoridade genuína sobre as terras e águas que gerem. A perda de floresta é significativamente menor em territórios geridos por Povos Indígenas. As pescas recuperam mais depressa quando as comunidades piscatórias locais ajudam a desenhar e a aplicar proteções. Quando as pessoas mais próximas da terra e da água fazem parte da tomada de decisões, o trabalho tende a perdurar.

A mesma lógica estende-se à transformação mais ampla. Os trabalhadores cujos meios de subsistência estão ligados aos combustíveis fósseis precisam de vias concretas para uma transição profissional justa, com requalificação, proteção social e investimento nas regiões afetadas, em vez de promessas abstratas.
Os agricultores que transitam para práticas positivas para a natureza precisam de acesso a financiamento, apoio técnico e mercados que comprem o que produzem.
Os países ricos com pegadas de consumo elevadas têm de assumir responsabilidade pelos danos ambientais que o seu consumo causa nos países de onde importam, não apenas pelo que acontece dentro das suas próprias fronteiras. E os benefícios das novas indústrias, empregos e investimento têm de chegar aos lugares e às pessoas mais expostos aos custos da mudança.

Quando as transições concentram os benefícios no topo e os custos na base, o apoio à mudança colapsa.
As pessoas excluídas acabam muitas vezes por defender os próprios sistemas que precisamos de deixar para trás.
A justiça neste trabalho decide se uma transformação se mantém coesa ao longo do tempo ou se se desfaz sob pressão.

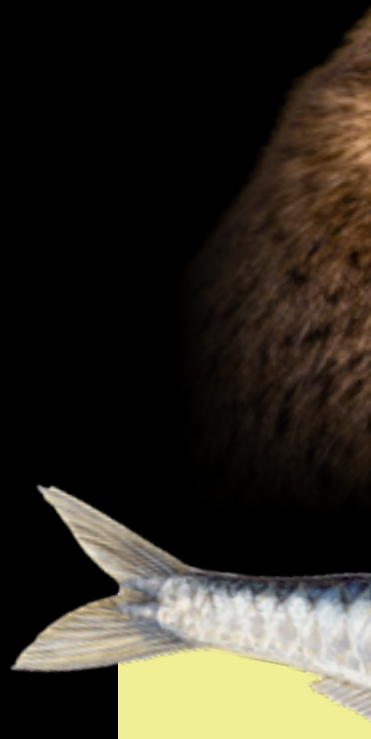


Quando as pessoas mais próximas da terra e da água fazem parte da tomada de decisões, o trabalho tende a perdurar.

PONTOS DE VIRAGEM POSITIVOS EM PORTUGAL

Contributos da WWF Portugal para o Sumário Executivo do Relatório Planeta Vivo 2026

ESPÉCIES



Atum-rabilho do Atlântico

Recuperação populacional

Até 2010, as populações de atum-rabilho (*Thunnus thynnus*) do Atlântico tinham decaído 80% e a espécie estava avaliada como Ameaçada. Com esta trajetória de extinção, os países e a indústria tomaram ações decisivas para inverter esta tendência.

Esta espécie de atum recuperou agora ao ponto em que não é considerada como estando sobrepescada ou uma espécie em situação preocupante. A recuperação veio de uma combinação de campanhas de consumo e boicotes a fornecedores, compromissos de *chefs* e de retalhistas, reformas das pescas recreativas, e gestão regional das pescas de forma coordenada que impôs quotas reduzidas, limites de tamanho de captura, proteção a áreas de desova, e controlo das descargas nos portos.

Em Portugal, a maior parte do atum-rabilho pescado vem das Regiões Autónomas, nomeadamente dos Açores, sendo capturado com "salto e vara", um método de pesca artesanal e altamente seletivo que captura o peixe um a um usando isco vivo. Esta pescaria é acompanhada pelo programa de monitorização de pesca mais antigo da Europa (POPA – Programa de Observação das Pescas dos Açores) e certificado como *Dolphin Friendly*. No Algarve, existe também a pesca desta espécie por uma armação de atum, um tipo de armadilha de grande dimensão no mar onde os atuns são mantidos vários meses enquanto crescem.

Manter esta recuperação à medida que a água do oceano aquece vai implicar abordagens de gestão e atenção contínuas, particularmente contra a pesca ilegal, não-regulamentada e não-reportada.

Lince-ibérico

De Criticamente Ameaçado a Vulnerável

No início do século XXI, o lince-ibérico (*Lynx pardinus*) era considerado o felino mais ameaçado do mundo. Nesta altura, a população de lince-ibérico não chegava aos 100 indivíduos na Península Ibérica, e concluiu-se que não existiam indivíduos em Portugal, pelo que a espécie estava classificada como Criticamente Em Perigo.
Esforços conjuntos de Portugal e Espanha possibilitaram a recuperação da espécie: investimentos dos dois países, a par de diversos projetos LIFE financiados pela UE, focaram-se na melhoria de habitat para o lince e o coelho-bravo (a sua principal presa), no estabelecimento de novos núcleos populacionais, bem como na melhoria da conectividade entre os núcleos existentes. Estes esforços foram apoiados pela reprodução em cativeiro no âmbito de um programa ibérico de conservação *ex-situ*, que conta com um centro de reprodução em cativeiro em Portugal e quatro em Espanha.
Em Portugal, atualmente, o objetivo é criar condições na natureza para o lince expandir a sua distribuição pelo território, através de restauro de habitat e de fomento do coelho-bravo.

Sardinha Ibérica

Pescaria sustentável

A sardinha é a principal espécie desembarcada nas lotas de Portugal Continental. Em 2025, mobilizou 162 embarcações e foi responsável por cerca de 35% do pescado descarregado em lota em termos de quantidade e cerca de 17% em termos de valor.
O *stock* de sardinha é partilhado entre Portugal e Espanha, e a sua gestão requer coordenação entre os dois países. A gestão é enquadrada pela Política Comum das Pescas da União Europeia que promove a cooperação entre os Estados-Membros e assenta num plano plurianual acordado entre aqueles dois países, baseado no parecer científico do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES).
No entanto, fatores ambientais combinados com insuficiente redução no esforço de pesca fizeram com que a biomassa de sardinha fosse inferior ao desejável.
Através de esforços conjuntos entre a comunidade científica (nomeadamente o IPMA e o Instituto Español de Oceanografía - IEO), as administrações e gestores das pescas de Portugal e Espanha, o setor da pesca dos dois países bem como outros *stakeholders*-chave, foi possível estabelecer regras de gestão da pescaria (por exemplo, menores capturas, períodos de defeso e restrições à captura de juvenis) que resultaram na recuperação da abundância da sardinha.
Com estes pressupostos, em julho de 2025 esta pescaria recuperou a certificação de sustentabilidade conferida pelo standard *Marine Stewardship Council* (MSC).

SETORES

Focamo-nos no potencial de pontos de viragem positivos nos setores da energia, alimentação e financeiro, através respetivamente da aceleração da descarbonização, da mudança nos modelos de produção e consumo alimentar, e alteração nos fluxos e incentivos financeiros.
Examinamos os sinais de progresso em Portugal rumo a um ponto de viragem positivo, os pontos de alavancagem a ativar para que o progresso continue, e barreiras a ultrapassar para acelerar a transformação. Também apontamos novas áreas que precisam de ser trabalhadas para assegurar que as transformações são justas, equitativas e evitam consequências negativas não intencionais. Comparamos o progresso em cada um destes setores ao identificar onde a transformação está na curva S (fase de ativação, aceleração ou estabilização), e fazemos recomendações para futuras intervenções para acelerar as transformações.

Energia

A mudança que precisamos no mundo: Uma transição dos combustíveis fósseis rápida, justa e amiga da natureza, através da aceleração das energias renováveis e expansão da eletrificação, com prioridade à eficiência energética.

O que Portugal já fez

Em 2024, o contributo das fontes de energia renovável para o consumo final bruto de energia foi de 36,3% e na produção de eletricidade situou-se em 65,8% (DGEG, Balanço Energético Nacional 2024). Até 2030, o país deverá atingir uma meta de incorporação de renováveis no consumo final bruto de energia de 51% e de 93% de renováveis na produção de eletricidade (atualização PNEC 2030). Assim, entre 2005 e a atualidade, Portugal quase que duplicou a quota de renováveis no consumo de energia e mais do que duplicou a quota de renováveis na eletricidade (DGEG, Balanço Energético Nacional 2024; atualização PNEC 2030). Na União Europeia, Portugal é o 7.º país com o maior peso da energia renováveis no consumo final bruto e o 4.º país com a maior quota de eletricidade de fonte renovável (Eurostat). No que diz respeito à eficiência energética, também há boas notícias, com a intensidade energética da economia em energia primária com uma tendência de diminuição (ADENE, Energia em Números 2025). Em termos de consumo absoluto, o valor registado em 2024 foi de 20,3 Mtep, sendo a meta nacional de redução do consumo de energia primária a atingir até 2030 de 16,71 Mtep (DGEG, Balanço Energético Nacional 2024).

Em que ponto estamos na curva em S

Aceleração: Em Portugal, pode considerar-se que a transição energética se encontra numa fase de aceleração, considerando sobretudo o progresso efetuado no que diz respeito à quota de renováveis na eletricidade. No entanto, a eletrificação dos transportes, edifícios e indústria não está a evoluir à mesma velocidade, com destaque para o setor dos transportes, que continua a registar uma elevada dependência de combustíveis fósseis.

Que barreiras é preciso ultrapassar e o que falta fazer

- **Planeamento da aceleração de renováveis com respeito por salvaguardas ambientais e sociais:** A definição de áreas para a aceleração de energias renováveis deve assentar num planeamento territorial com uma visão estratégica da utilização da energia que considera os seus efeitos sobre a natureza (incluindo os cumulativos) e populações, priorizando áreas artificializadas e degradadas, baseando-se na real partilha de benefícios com as comunidades locais e assegurando a aceleração efetiva do autoconsumo coletivo e das comunidades de energia. Este processo de planeamento está em curso, mas persistem preocupações quanto à sua coerência na garantia de salvaguardas ambientais e sociais. Além disso, é fundamental identificar os entraves económicos que estejam a dificultar a desejável e cuidadosa expansão das renováveis.
- **Pobreza energética:** Portugal apresenta níveis de pobreza energética elevados, associados a um parque edificado antigo e pouco eficiente e com baixas taxas de renovação. É necessário alargar e acelerar o ritmo de reabilitação do edificado, com apoios acessíveis e capazes de chegar a quem mais precisa.
- **Rede elétrica impreparada para as exigências da transição:** A rede de transporte e distribuição apresenta limitações ao aumento da integração de energias renováveis, com constrangimentos ao nível da gestão dinâmica, capacidade e acesso à rede. É necessário um planeamento da rede elétrica proativo e em estreita articulação com os planos para o desenvolvimento de nova capacidade renovável, considerando também o impacto ambiental associado a novas infraestruturas de rede.

O que pedimos aos decisores políticos

- **Assegurar progresso efetivo e concreto para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis**, incluindo a eliminação gradual e planeada de forma socialmente justa de todos os subsídios aos combustíveis fósseis e seu redireccionamento para o investimento em eficiência energética e energias renováveis.
- **Acelerar a descarbonização do setor dos transportes**, através do reforço da oferta de transportes públicos, da aposta na ferrovia para transporte de passageiros e mercadorias e do planeamento territorial adequado para promover a efetiva transferência modal e garantir o acesso equitativo de todos a opções de mobilidade limpas, fiáveis, eficientes e a preços acessíveis.
- **Concretizar uma transição energética com respeito por pessoas e natureza**, assegurando que a aceleração da implantação de energias renováveis acontece e é guiada por critérios exigentes tendo em vista a proteção da natureza e comunidades.

Alimentação

A mudança que precisamos no mundo: acabar com a conversão de áreas naturais e massas de água intactas para produzir alimentos, através da transição para uma produção positiva para a natureza, da adoção de dietas saudáveis e sustentáveis e da redução de perdas e do desperdício alimentar.

O que Portugal já fez

- **Produção positiva para a natureza:** O Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) inclui (alguns, mas poucos) incentivos que apoiam práticas agrícolas mais compatíveis com a conservação da biodiversidade, dos solos e da água, nomeadamente através de alguns ecorregimes, medidas agroambientais e apoio à agricultura biológica. Infelizmente, mesmo estes poucos incentivos não estão a ser plenamente implementados por as respetivas candidaturas não abrirem. Portugal também tem de assegurar o cumprimento do Regulamento da UE para Produtos Livres de Desflorestação (EUDR), que reforça os mecanismos de rastreabilidade e diligência devida nas cadeias de abastecimento associadas à conversão de ecossistemas naturais.
- **Dietas sustentáveis:** Desde 2017, todas as cantinas e refeitórios públicos estão obrigados a disponibilizar uma opção vegetariana, contribuindo para diversificar a oferta alimentar e facilitar escolhas alimentares de menor impacto ambiental. Em 2024, o Plano Nacional Energia e Clima (PNEC 2030) foi revisto para incluir uma nova linha de atuação para "promover uma dieta alimentar de baixo carbono", cuja implementação passa pela "criação de uma estratégia nacional para promover o consumo de proteína vegetal". Infelizmente, esta estratégia ainda não viu a luz do dia.
- **Redução de perdas e desperdício alimentar:** Portugal dispõe de uma Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar, assumindo através dela o compromisso de reforço da medição e reporte do desperdício alimentar em alinhamento com os requisitos da União Europeia. No entanto, Portugal tem aumentado o seu desperdício alimentar, pois de acordo com os dados reportados à Comissão Europeia[1], em 2021 e 2022 desperdiçaram-se nacionalmente 1,9 milhões de toneladas de alimentos, e em 2023 2,6 milhões de toneladas.

Em que ponto estamos na curva em S

Ativação: Em Portugal, a transformação do sistema alimentar encontra-se ainda numa fase de ativação, tanto do lado da oferta (produção) como da procura (dietas). Existem compromissos políticos, estratégias e iniciativas pontuais em matéria de produção e consumo sustentáveis, mas desarticulados, pouco estruturados, predominantemente sem base em evidências e insuficientemente implementados, ficando os seus resultados muito aquém da transformação necessária. As políticas, os incentivos económicos, o funcionamento dos mercados alimentares e os padrões de consumo continuam a favorecer modelos de produção e consumo com elevados impactos sobre o clima, a biodiversidade, os recursos naturais e os rendimentos dos produtores. Os subsídios agrícolas e os mercados continuam a privilegiar a elevada produtividade e a homogeneização da oferta alimentar em vez da produção de alimentos de elevada qualidade nutricional e menor impacto ambiental.

[1] Comissão Europeia. Portugal - página do Estado-Membro. Bruxelas, Bélgica: Comissão Europeia. Disponível em: https://ec.europa.eu/food/safety/food_waste/eu-food-loss-waste-prevention-hub/memberstatepage/show/PT. Consultado em 14 ago. 2026.

Que barreiras é preciso ultrapassar e o que falta fazer

- **Subsídios agrícolas prejudiciais:** O PEPAC continua a fomentar a expansão da intensificação da produção agrícola em Portugal, sem as devidas salvaguardas ambientais, e, portanto, com os consequentes elevados impactos nefastos sobre o ambiente. E marginaliza muitos produtores com práticas sustentáveis, ou não recompensa adequadamente a produção positiva para a natureza, impedindo a ampla adoção deste tipo de práticas por todo o território. A agroecologia e outros modos de produção sustentável, com claros objetivos ambientais, devem ser reconhecidos e incluídos no PEPAC, atendendo ao seu potencial de reversão dos impactos negativos e potenciação dos positivos sobre o ambiente. Deve haver um maior alinhamento entre a investigação científica sobre os impactos da produção, das metas globais e nacionais do clima e biodiversidade, nomeadamente as relacionadas com a desflorestação e restauro ecológico, e as medidas e incentivos previstos nas políticas públicas nacionais. É urgente garantir que o conhecimento sobre práticas de produção mais sustentáveis chegue a todos os agricultores, assim como a assistência técnica necessária para uma adoção generalizada dessas práticas.
- **Ambientes alimentares que dificultam escolhas sustentáveis:** O preço, a disponibilidade e a atratividade das opções alimentares continuam a favorecer padrões de consumo incompatíveis com os objetivos de saúde e sustentabilidade. É necessário reequilibrar e diversificar a oferta, tornando as opções mais saudáveis e sustentáveis mais acessíveis aos consumidores e recompensadoras para os produtores.

O que pedimos aos decisores políticos

- **Eliminar subsídios prejudiciais e apoiar adequadamente a produção positiva para a natureza**, através da implementação eficaz de salvaguardas ambientais em todas as explorações agrícolas, e do redirecionamento de incentivos para apoiar uma maior inclusão dos produtores e reforço das práticas que aliem uma produção de alimentos adequada e a conservação da saúde dos solos, da biodiversidade, a gestão sustentável da água e restauro de ecossistemas degradados.
- **Integrar critérios de sustentabilidade nas políticas alimentares públicas**, incluindo orientações alimentares nacionais, compras públicas e programas de alimentação escolar.
- **Criar ambientes alimentares que facilitem a adoção de dietas saudáveis e sustentáveis**, através de medidas que aumentem a diversidade, disponibilidade, acessibilidade económica e atratividade destes alimentos.

Finanças

A mudança que precisamos no mundo: fluxos financeiros alinhados de forma consistente com os objetivos de conservação da biodiversidade, climáticos e de sustentabilidade.

O que Portugal já fez

A Lei de Bases do Clima reconhece a importância do Financiamento Sustentável para a consecução dos objetivos climáticos, definindo diversos princípios e obrigações para diferentes atores do sistema financeiro neste domínio. No que diz respeito ao desenvolvimento de soluções de financiamento sustentável, o *stock* ou montante de títulos de dívida com classificação ESG em Portugal quadruplicou entre 2021 e 2025. Ainda assim, o peso dos títulos ESG no mercado doméstico continua reduzido. Um título de dívida ESG é um instrumento que se destina a financiar projetos com impacto ambiental, social ou de boa governação das instituições que os emitem[2]. Já no que respeita à mudança do sistema financeiro no sentido do alinhamento com os objetivos de sustentabilidade, as avaliações anuais da WWF demonstram que desde 2023 se verificou uma evolução significativa na integração do risco climático nas práticas de supervisão bancária em Portugal. Este relatório avalia a forma como os reguladores financeiros, as entidades de supervisão e os bancos centrais integram considerações ambientais e sociais nas suas práticas[3].

Em que ponto estamos na curva em S

Aceleração: O financiamento sustentável e a integração da sustentabilidade no setor financeiro em Portugal encontram-se numa fase de aceleração inicial, como atesta a evolução nas práticas de supervisão bancária no que diz respeito à integração do risco climático, bem como o aumento da emissão de títulos de dívida ESG. Não obstante, ainda existe um longo caminho a percorrer, o que é evidenciado, nomeadamente, pelo facto de o setor bancário português apresentar uma carteira de empréstimos às empresas que continua mais intensiva em carbono que o total da economia, o que atesta a necessidade de levar a cabo mais esforços para o seu alinhamento com os objetivos climático[4].

[2] Banco de Portugal. Financiamento sustentável em Portugal e na área do euro | BPstat. Lisboa, Portugal: Banco de Portugal. Disponível em: https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/paginas/2847/. Consultado em 14 ago. 2026.

[3] WWF. About | WWF SUSREG. WWF. Disponível em: https://susreg.panda.org/about/. Consultado em 14 ago. 2026.

[4] Banco de Portugal. Relatório anual sobre a exposição do setor bancário ao risco climático 2025. Lisboa, Portugal: Banco de Portugal. Disponível em: https://www.bportugal.pt/publicacao/relatorio-anual-sobre-exposicao-do-setor-bancario-ao-risco-climatico-2025. Consultado em 14 ago. 2026.

Que barreiras é preciso ultrapassar e o que falta fazer

- **Lacuna na cobertura de seguros:** Em Portugal, entre 1980 e 2024, as perdas económicas associadas a eventos climáticos extremos totalizaram mais de 17 mil milhões de euros, sendo que apenas 3% destas perdas estavam cobertas por seguros[5]. As empresas de seguros desempenham não só um papel importante na atenuação e na transferência de riscos, como esta lacuna de proteção pode traduzir-se em riscos para o sistema financeiro com consequências do ponto de vista da estabilidade económica e financeira.
- **Integração de considerações ambientais no setor bancário é ainda insuficiente:** Apesar da evolução no que diz respeito ao risco climático, a integração de riscos relacionados com a natureza e biodiversidade nas práticas de regulação financeira e supervisão bancária é ainda uma lacuna[6]. Simultaneamente, apesar dos progressos registados ao nível da integração do ESG pelas instituições do setor bancário português, persistem deficiências que comprometem um adequado alinhamento das práticas de identificação e gestão dos riscos climáticos e ambientais[7].

O que pedimos aos decisores políticos

- **Eliminar todos os subsídios prejudiciais ao clima, natureza e pessoas** e redirecionar e mobilizar investimento para atividades que contribuem para a mitigação e adaptação climática e para travar e reverter a perda de biodiversidade.
- **Garantir que as empresas e instituições financeiras monitorizam e avaliam os riscos** climáticos, ambientais e sociais e divulgam essa informação de forma transparente.
- **Assegurar o adequado, efetivo e consistente alinhamento das práticas de regulação e supervisão financeira** e portefólios das instituições financeiras com os objetivos de conservação da biodiversidade, climáticos e de sustentabilidade.

[5] Agência Europeia do Ambiente (EEA). Economic losses from weather- and climate-related extremes in Europe. Copenhaga, Dinamarca: Agência Europeia do Ambiente. Disponível em: https://www.eea.europa.eu/en/analysis/indicators/economic-losses-from-climate-related. Consultado em 14 ago. 2026.

[6] WWF. About | WWF SUSREG. WWF. Disponível em: https://susreg.panda.org/about/. Consultado em 14 ago. 2026.

[7] Banco de Portugal. Relatório anual sobre a exposição do setor bancário ao risco climático 2025. Lisboa, Portugal: Banco de Portugal. Disponível em: https://www.bportugal.pt/publicacao/relatorio-anual-sobre-exposicao-do-setor-bancario-ao-risco-climatico-2025. Consultado em 14 ago. 2026.

Uma abordagem de toda a sociedade, ancorada em 2030

Em 2022, quase todos os países do mundo acordaram um plano comum para travar e inverter a perda de biodiversidade até 2030, no caminho para um mundo que viva em harmonia com a natureza até 2050. Esse plano é o Quadro Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, o compromisso mais coordenado com a natureza alguma vez assumido por qualquer geração. Define metas claras e fornece uma estrutura para a cooperação, mas a ação que está a ser tomada no seu âmbito ainda não está à escala necessária para cumprir o que promete. Três coisas têm de mudar.

Primeiro, os países devem estabelecer compromissos que correspondam à escala do seu impacto global real, e não apenas ao que é politicamente conveniente em casa. Um país cujo consumo impulsiona a desflorestação, a escassez de água ou a perda de espécies noutras partes do mundo tem de assumir responsabilidade por esses impactos. Um país que detém alguma da biodiversidade mais rica do mundo precisa de financiamento e apoio que reflitam o valor global daquilo que guarda.

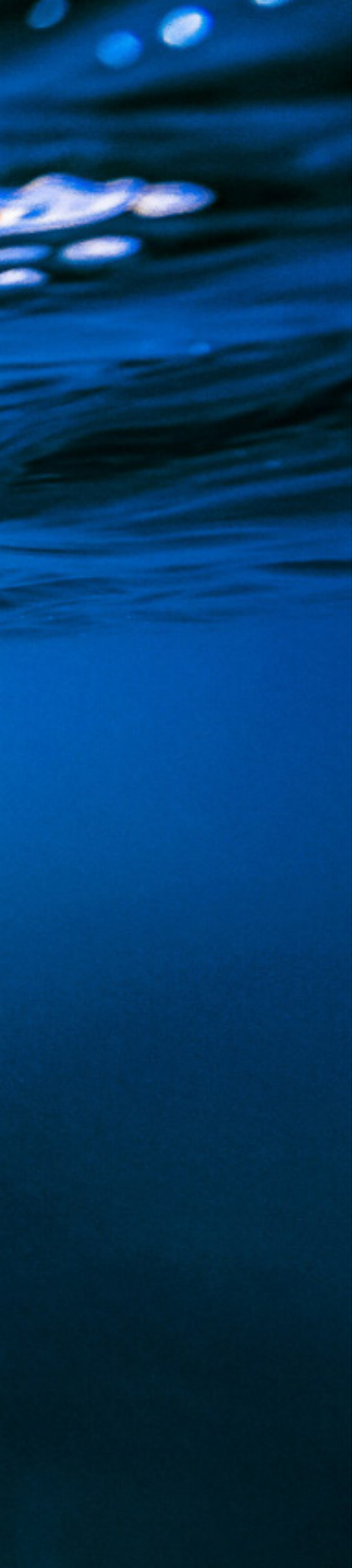
Segundo, os governos têm de usar os instrumentos que só eles têm ao seu dispor para criar as condições em que os pontos de viragem positivos se tornam possíveis. A maioria dos agentes da economia não consegue avançar ao ritmo necessário sem a certeza proporcionada pela política pública. As finanças são um exemplo claro. Um banco que decide sozinho deixar de financiar atividades que prejudicam a natureza perde negócio para concorrentes que não o fizeram, e esta penalização do primeiro a agir mantém todo o setor preso ao financiamento do *status quo*. Quando governos, bancos centrais e reguladores financeiros exigem que todas as instituições avaliem e divulguem de que forma os seus empréstimos e investimentos afetam a natureza e o clima, a penalização desaparece e o capital pode começar a mover-se em larga escala para atividades sustentáveis. A mesma lógica aplica-se à energia e à alimentação, onde a reforma dos subsídios, a divulgação obrigatória, a contratação pública, a política fiscal e uma regulação clara de longo prazo são os instrumentos através dos quais os governos transformam uma fase de ativação em aceleração. Sem eles, nem mesmo as empresas, investidores e comunidades mais empenhados conseguem avançar com rapidez suficiente.

Os governos não conseguem realizar a transformação sozinhos. Uma abordagem de toda a sociedade significa que todos os que têm capacidade para moldar resultados usam aquilo de que dispõem. As empresas mudam aquilo que produzem. Os investidores mudam onde investem. Os governos subnacionais moldam as cidades e regiões onde vive a maioria das pessoas. As organizações da sociedade civil defendem, responsabilizam as instituições e criam apoio público para a mudança. Os Povos Indígenas e as comunidades locais exercem autoridade sobre as terras e águas que guardam. O progresso mais duradouro vem de coligações que mantêm estes contributos unidos perante a dificuldade.

Nem todas as ações acontecerão através de cada governo nacional, e algumas não poderão esperar por acordo multilateral. Alguns dos progressos mais consequentes vêm agora de coligações de países que atuam em conjunto quando os processos globais avançam demasiado devagar face à urgência. O Tropical Forest Forever Facility, que reúne o Brasil, a República Democrática do Congo e a Indonésia com parceiros europeus para fornecer compensação anual pela manutenção das florestas em pé, é um desses esforços. O encontro de Santa Marta de países comprometidos com a eliminação gradual dos combustíveis fósseis é outro. Estas coligações coexistem com o Quadro Global da Biodiversidade, em vez de o substituírem. Permitem que governos empenhados avancem ao ritmo que a ciência exige enquanto processos mais amplos recuperam o atraso.

Terceiro, o progresso tem de ser acompanhado de forma independente e honesta. Sem uma forma clara e credível de ver o que os países e outros agentes estão realmente a fazer, o que está a funcionar e onde as coisas estão bloqueadas, os compromissos dispersam-se, o impulso desvanece e perde-se a oportunidade de aprender e ajustar.

Alguns dos progressos mais consequentes vêm agora de coligações de países que atuam em conjunto quando os processos globais avançam demasiado devagar face à urgência.



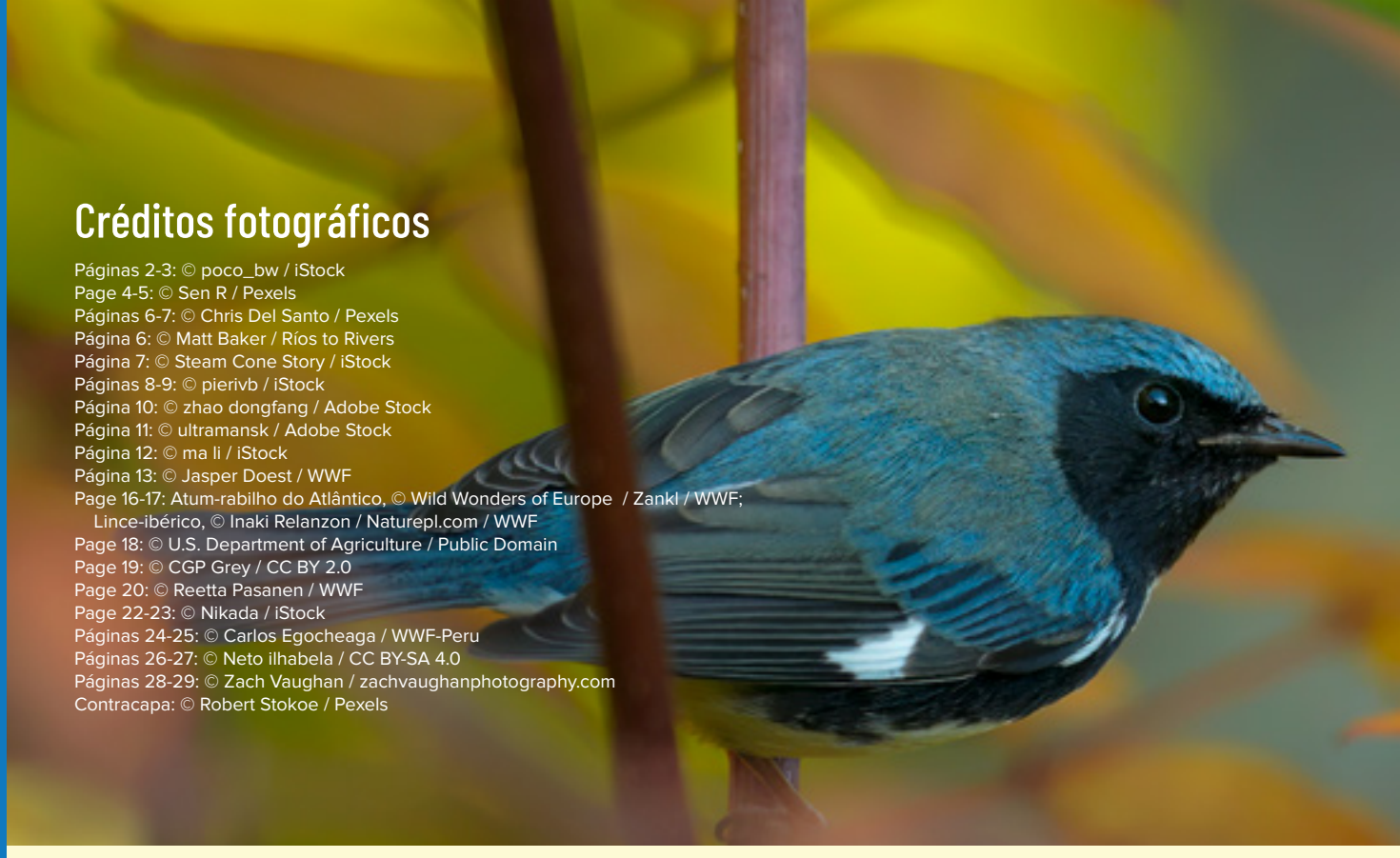
A urgência de 2030

A informação, a tecnologia, o financiamento e o enquadramento necessários para travar e inverter a perda de biodiversidade estão disponíveis, e grande parte do mundo já começou a agir. O que escasseia é tempo. As metas acordadas no Quadro Global da Biodiversidade estão ancoradas em 2030, o ano até ao qual o mundo se comprometeu a travar e inverter a perda de biodiversidade e a fazer progressos substanciais na transformação dos sistemas que a impulsionam. A energia já ultrapassou um ponto de viragem positivo e encontra-se na sua fase de aceleração. Mas a alimentação e as finanças permanecem na fase de ativação, e precisam de alcançar os seus próprios pontos de viragem nesta década se quisermos manter os objetivos de 2030 ao nosso alcance. Cada ano em que a fase de ativação continua sem atingir um ponto de viragem é um ano subtraído ao tempo disponível para que as mudanças se espalhem, estabilizem e comecem a reparar o que já foi perdido.

Desencadear esses pontos de viragem é a tarefa central dos próximos anos, e as ações que podem fazê-lo são conhecidas. Incluem redirecionar os subsídios que atualmente provocam danos ambientais; exigir que as instituições financeiras divulguem de que forma as suas atividades afetam a natureza; usar a contratação pública para criar procura estável de alimentos produzidos de formas que protegem os ecossistemas; definir sinais políticos suficientemente fortes para dar às empresas e aos investidores a certeza de que precisam para investir; alargar coligações de países dispostos a agir antes de um acordo mais amplo; e conferir aos Povos Indígenas e às comunidades locais autoridade genuína. Nenhuma destas alavancas é suficiente por si só. Usadas em conjunto, com intenção e coordenação, podem alterar a economia, a política e a aceitabilidade social dos sistemas que precisamos de transformar com rapidez suficiente para que a mudança se amplifique antes de 2030.

O trabalho não avançará em linha reta. Haverá recuos, períodos em que os resultados parecem demasiado pequenos para a escala do que é necessário e fases em que as pessoas que fazem o trabalho se sentem esgotadas. Mas nada disto significa que o esforço esteja a falhar. O que determina se teremos sucesso é saber se pessoas, instituições e países suficientes se mantêm envolvidos no trabalho de conservação em conjunto durante tempo suficiente para que a mudança se torne autossustentada.

Os aumentos e recuperação de espécies documentados neste relatório aconteceram porque as pessoas se comprometeram com resultados que não podiam garantir, muitas vezes com resultados que não viveriam para ver. As transformações agora necessárias na energia, na alimentação e nas finanças pedem-nos o mesmo, a uma escala muito maior e com muito menos tempo. A janela em que um futuro diferente ainda é possível está a estreitar-se, mas continua aberta. Temos caminhos credíveis, capacidade de agir e um objetivo que vale o trabalho. O que 2030 exige é que os usemos.



Créditos fotográficos

Páginas 2-3: © poco_bw / iStock
Page 4-5: © Sen R / Pexels
Páginas 6-7: © Chris Del Santo / Pexels
Página 6: © Matt Baker / Ríos to Rivers
Página 7: © Steam Cone Story / iStock
Páginas 8-9: © pierivb / iStock
Página 10: © zhao dongfang / Adobe Stock
Página 11: © ultramansk / Adobe Stock
Página 12: © ma li / iStock
Página 13: © Jasper Doest / WWF
Page 16-17: Atum-rabilho do Atlântico, © Wild Wonders of Europe / Zankl / WWF; Lince-ibérico, © Inaki Relanzon / Naturepl.com / WWF
Page 18: © U.S. Department of Agriculture / Public Domain
Page 19: © CGP Grey / CC BY 2.0
Page 20: © Reetta Pasanen / WWF
Page 22-23: © Nikada / iStock
Páginas 24-25: © Carlos Egocheaga / WWF-Peru
Páginas 26-27: © Neto ilhabela / CC BY-SA 4.0
Páginas 28-29: © Zach Vaughan / zachvaughanphotography.com
Contracapa: © Robert Stokoe / Pexels

ORGANIZAÇÕES DA REDE WWF

Austrália
Áustria
Bélgica
Brasil
Canadá
Europa Central e Oriental*
China
Colômbia
Dinamarca
Finlândia
França
Alemanha
Grécia
Hong Kong
Índia
Indonésia
Itália
Japão
Quénia
Coreia
Malásia
Países Baixos
Nova Zelândia
Noruega
Paquistão
Filipinas
Polónia
Portugal
Singapura
África do Sul
Espanha
Suécia
Suíça
Turquia
Reino Unido
Estados Unidos

* Sucursais da ECO:
Bulgária
Chéquia
Hungria
Roménia
Eslováquia
Ucrânia

DELEGAÇÕES DA WWF

Adria
Adria-Sérvia
Arménia
Azerbaijão
Belize
Butão
Bolívia
Camboja
Camarões
Cáucaso
República Centro-Africana
Ásia Central
Chile
Escritório de representação na China
República Democrática do Congo
Equador
Gabão
Guatemala-Recife Mesoamericano
Guianas
Guiana
Honduras
Laos
Madagáscar
Mediterrâneo
México
Mongólia
Moçambique
Mianmar
Namíbia
Nepal
Norte de África
Pacífico, Fiji
Papua-Nova Guiné
Paraguai
Peru
República do Congo
Ilhas Salomão
Tanzânia
Tailândia
Uganda
Vietname
Gabinete de Política Europeia da WWF, WWF EPO
Zâmbia
Zimbabué

ASSOCIADAS DA WWF

- Emirates Nature (EAU)
- Fundación Vida Silvestre (Argentina)
- Pasaules Dabas Fonds (Letónia)

WWF-World Wide Fund for Nature (anteriormente World Wildlife Fund) é a fundação criada em 1961, com sede registada em Gland, Suíça, e comummente designada por WWF International.

2026 RELATÓRIO PLANETA VIVO

A Ciência da Esperança

DETALHES DA PUBLICAÇÃO

Publicado em outubro de 2026 pela WWF - World Wide Fund for Nature (anteriormente World Wildlife Fund), Gland, Suíça (“WWF”).

Qualquer reprodução total ou parcial desta publicação deve respeitar as regras abaixo e mencionar o título, creditando o editor acima indicado como titular dos direitos de autor.

CITAÇÃO RECOMENDADA

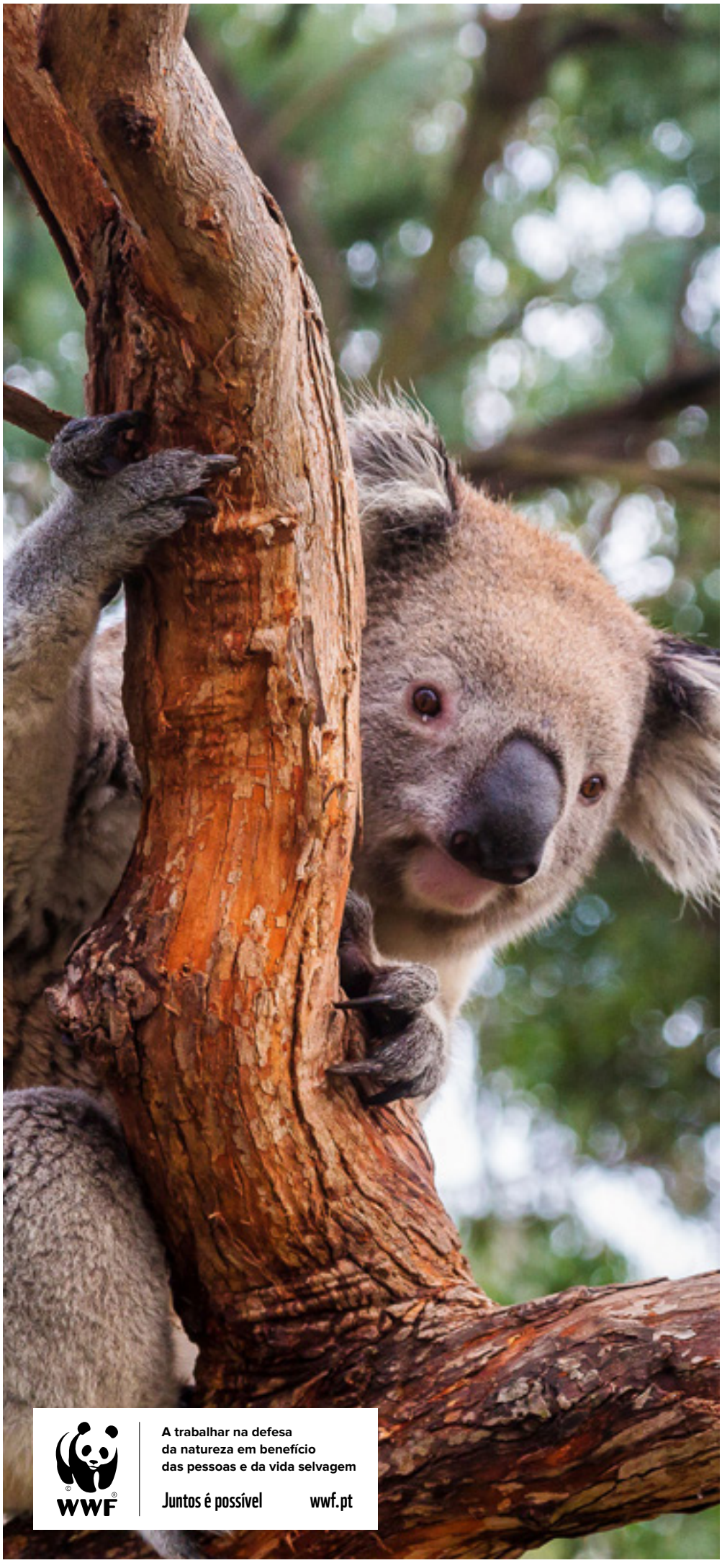
WWF (2026) Relatório Planeta Vivo 2026 - A Ciência da Esperança. WWF, Gland, Suíça.

Aviso para texto e gráficos: © 2026 WWF Todos os direitos reservados.

A reprodução desta publicação (exceto as fotografias) para fins educativos ou outros fins não comerciais é autorizada mediante notificação prévia por escrito à WWF e o devido reconhecimento conforme indicado acima. A reprodução desta publicação para revenda ou outros fins comerciais é proibida sem autorização prévia por escrito. A reprodução das fotografias para qualquer fim está sujeita a autorização prévia por escrito da WWF.

DECLARAÇÃO DE EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A designação de entidades geográficas e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da WWF relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território ou área, ou das suas autoridades, nem relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites.



2026 RELATÓRIO PLANETA VIVO

A Ciência da Esperança

© 2026

Papel 100% reciclado. WWF® e ©1986 Símbolo do Panda são propriedade da WWF. Todos os direitos reservados.
WWF International,
Rue Mauverney 28, 1196 Gland,
Suíça.

Para mais informações, visite **livingplanet.panda.org.**

WWF

A trabalhar na defesa da natureza em benefício das pessoas e da vida selvagem

Juntos é possível wwf.pt

FSC